

## **Missão e prioridades do Instituto Camões**

**Intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, na tomada de posse do Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Lisboa, 3 de novembro de 2017**

### **1. A centralidade do Camões na política externa portuguesa**

O Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL, I.P.), é o instituto público encarregado da execução das políticas de internacionalização da língua e da cultura portuguesas e de cooperação para o desenvolvimento. Resulta da fusão, operada em 2012, dos dois institutos que então tratavam, separadamente, das questões da língua e cultura (o Instituto Camões, que existia com esse nome desde 1992, mas com raízes remontando a 1929) e da cooperação (o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, que levava tal nome desde 2003, mas cujas raízes datavam de 1975). A fusão foi bastante controversa, tendo-se levantando contra ela muitas vozes, dentro e fora do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A esta distância, duas coisas podem ser ditas, da forma o mais desapaixorada possível. Uma é que pesou bastante, senão mesmo sobretudo, o quadro do Programa de Ajustamento Financeiro que Portugal viveu entre 2011 e 2014, o que significa que razões políticas e orçamentais exógenas à organização da administração pública orientada para as referidas questões imperaram e secundarizam a racionalidade que lhe era endógena. A segunda é que constituiu um processo muito complexo e difícil, porque foi preciso articular, de um dia para o outro, culturas, padrões de intervenção, competências profissionais e motivações pessoais bem distintas, num contexto orçamental muito restritivo. Não foi um dos menores dos muitos méritos da Prof.<sup>a</sup> Ana Paula Laborinho, então presidente do Instituto Camões e escolhida para conduzir a fusão dos dois organismos, tê-lo feito com empenhamento e persistência. Entretanto, o CICL nasceu, foi crescendo e, apesar de continuar a ser tópico de legítima discussão a bondade de reunir sob o mesmo chapéu língua, cultura e cooperação, o processo de consolidação está em curso, a certificação europeia como

autoridade de cooperação foi concluída em seu nome e, portanto, não é hora de voltar a um debate sobre estruturas e sim de prosseguir com o cabal cumprimento das atuais funções. Algum ajustamento tem de ser feito, designadamente para fortalecer o CICL nas responsabilidades acrescidas que tem vindo a assumir na gestão de projetos de cooperação europeia em si delegada, na ação cultural externa e no enriquecimento das formas e plataformas de oferta internacional do ensino da língua; e por isso estamos preparando umas tantas alterações cirúrgicas na sua orgânica. Mas convido todos a seguirem aquela sábia máxima de tentar transformar dificuldades em oportunidades e pensarem que a reunião no mesmo instituto dos três pilares da língua, da cultura e da cooperação servirá também para tornar mais visível a sua centralidade no conjunto da política externa portuguesa. E, quando digo “todos”, quero dizer todos os funcionários e colaboradores do Camões; todos os seus parceiros, de escolas e universidades a organizações não-governamentais, passando pelos criadores e as instituições culturais; e todo o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a rede diplomática e consular. Ter agora à frente do Camões um diplomata de carreira quer também dizer, para além do reconhecimento das muitas qualidades pessoais e do elevado sentido de missão do embaixador Luís Faro Ramos, apostar nas típicas capacidades da profissão para operar transversalmente e articular diferentes dimensões da ação externa. Mas significa ainda quão estratégicas são para a nossa política externa a afirmação do alcance global da língua portuguesa, a projeção internacional da cultura portuguesa e das culturas de língua portuguesa e a maneira como estabelecemos e concretizamos parcerias de cooperação para o desenvolvimento. Como tenho repetidamente dito, aqui reside muito, senão mesmo o essencial do *soft power*, do poder de influência de Portugal na ordem mundial.

## **2. A situação atual do Camões, nas áreas da língua e da cultura: consolidação e desenvolvimentos**

Bem entendidas a missão fundamental do Camões, na promoção internacional da língua e da cultura e na cooperação para o desenvolvimento, e a centralidade desta missão no conjunto da política externa, torna-se bastante mais fácil considerar as tarefas que têm pela frente. Nelas me pretendo agora concentrar.

Os meus ouvintes e leitores sabem já que faço uma avaliação muito positiva da atividade do Camões e do seu impacto, em qualquer das suas frentes. Mesmo com óbvia carência de recursos humanos e financeiros, mesmo tendo sofrido, como tantos outros serviços públicos, as agruras (e, a meu ver, também dislates) do Programa de Ajustamento 2011-2014, o certo é que os indicadores objetivos convergem na demonstração de um movimento geral de consolidação, com incremento e até desenvolvimento qualitativo de áreas e orientações específicas.

Por memória, salientarei os indicadores essenciais, usando como fonte o *Relatório de atividades* de 2016 (Camões, 2017). Assim, o Camões assegura a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesas em 85 países, de todos os continentes. Em 2014, eram 82. Fá-lo através de estruturas e meios como as coordenações de ensino básico e secundário (11 em 2016, igual número dois anos antes), centros de língua (76 em 2016, 67 em 2014), cátedras (43 em 2016, 38 em 2014), protocolos com instituições estrangeiras de ensino superior e organizações internacionais (375 parceiros em 2016, 319 em 2014), centros culturais (19 centros e polos em 2016, o mesmo valor de 2014). Em 2016, 158 mil alunos aprendiam português, nos vários níveis de ensino, através de redes do Camões ou por ele apoiadas. A previsão para 2017 é na ordem dos 95 mil para o ensino superior e de 73 mil para o ensino básico e secundário, num total próximo dos 168 mil<sup>1</sup>. Se a estes valores, respeitantes a atividades enquadradas pelo Camões, somarmos as dezenas de milhares de alunos que sabemos frequentarem português como língua estrangeira nos respetivos sistemas escolares e sob responsabilidade das respetivas autoridades educativas (e há cerca de 40 mil nesta situação no Senegal, 23 mil no Uruguai, outros milhares nas comunidades espanholas de fronteira e um número crescente em variados outros países europeus, africanos e latino-americanos), o número de alunos de português em todo o mundo há de ser, no cálculo mais conservador, seguramente superior a 200 mil.

Ensinavam, em 2016, na rede própria do Camões de ensino básico e secundário, 312 professores (317 em 2014) e, na rede apoiada, 631 (566 em 2014). No ensino superior, o Camões contava com 49 leitores (44 em 2014) e 611 docentes apoiados nas instituições parceiras (523 em 2014). A previsão para o ano letivo de 2017-18 é de 51 leitores e 637

---

<sup>1</sup> - Uso os dados publicitados pelo Camões, na sessão de apresentação da rede de ensino português no estrangeiro para o ano letivo de 2017-18, sessão realizada em 13 de setembro de 2017. Trata-se, naturalmente, de previsões e estimativas, sujeitas à efetiva inscrição e frequência por parte dos interessados, devendo ser tidas, pois, como ordens de grandeza.

docentes. Ao mesmo tempo, o Camões contribui para a formação inicial de professores (22 mil abrangidos em 2016), para a sua formação contínua (5 mil) e para a formação de tradutores e intérpretes (quase 4 mil).

Na promoção internacional da cultura portuguesa, o Camões contabilizou, em 2016, 1.321 ações realizadas (1.071 em 2014). São certamente de diferente envergadura e alcance – exposições de artes plásticas, apresentação de livros, espetáculos de música, dança ou teatro, exibições de filmes, residências artísticas, etc. Mas, em média, há quase quatro iniciativas por dia de promoção da nossa cultura em países estrangeiros. Um número crescente delas assume a dimensão de realizações de escala média, compondo-se como ciclos, feiras ou festivais. Lembre-se, em 2017, a participação de Portugal como país tema da Feira do Livro de Madrid ou no Eurosonic de Groningen, na Bienal de Veneza, nos grandes festivais de cinema, ou o conjunto de atividades em torno do 5 de maio, Dia da Língua Portuguesa. O Camões adquiriu, em 2016, 18,5 mil títulos bibliográficos e audiovisuais para apetrechamento da nossa rede externa (4,5 mil em 2014) e apoiou a edição internacional de 28 obras (16 em 2014).

Ainda no domínio da língua e da cultura, deve realçar-se o desenvolvimento gradual do Centro Virtual Camões, isto é, o uso das novas plataformas e tecnologias de informação e comunicação para ampliar o alcance das ações de formação e dos públicos atingidos. Com natural destaque para a edição de cursos de português como língua do quotidiano e de português para fins específicos (21 cursos realizados em 2016, mais quatro do que em 2014), de ações digitais de formação de professores (nove em 2016, contra 12 em 2014) e na acumulação de títulos disponibilizados na Biblioteca Digital (182 novos títulos em 2016, contra 107 em 2014).

Isto é suficiente? Decerto que não. Podemos fazer mais e melhor? Decerto que sim. Mas não começamos do zero; pelo contrário, temos trabalho feito, sabemos como fazê-lo e essa é a melhor condição para progredir. Não estamos ainda ao nível dos maiores institutos europeus de promoção internacional de língua e cultura, quer no que toca a investimento, quer no que respeita a resultados? Dos maiores-maiores, não estamos; mas é a eles que nos referimos. Esta consciência é absolutamente necessária para a vastidão e complexidade das tarefas que temos por diante. O Camões não é a única instituição existente em prol da promoção internacional da nossa língua: basta ter em conta o labor do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sediado em Cabo Verde,

ou da Rede Brasil. Mas é, sem qualquer dúvida, a instituição que mais investe e produz nesta área. Podemos aprender com a experiência do Instituto Cervantes, do British Council, do Institut Français ou do Goethe-Institut? Claro que podemos, é com eles que nos comparamos; mas, atenção!, da mesma forma que eles aprendem e se comparam conosco.

### **3. Orientações para a promoção da língua e da cultura**

Quais devem ser, então, as orientações fundamentais para o cumprimento da missão do Camões nos domínios da língua e cultura? Ressalvadas sempre as reavaliações de meio de percurso inerentes à implementação de políticas públicas democráticas e dinâmicas, que isto não é nem pode ser nunca matéria de planeamento quinquenal fora de tempo e sentido, eu tenderia a sugerir cinco grandes orientações estratégicas para o ensino da língua e três para a ação cultural externa. Nenhuma é novidade, todas representam desenvolvimentos lógicos, possíveis e, acredito, positivos.

Começando pela língua, temos chamado à primeira grande orientação estratégica o princípio dos três Cs: conteúdos, certificação, creditação (ou credenciação, não curemos aqui de afinações terminológicas). O que queremos dizer é que precisamos de avançar em paralelo nas três direções, porque é a sua articulação que confere força efetiva à política pública. Depois de anos em que, muito compreensivelmente, o essencial do esforço foi conduzido para o incremento dos “conteúdos” (primeiro, do ensino presencial e, mais recentemente, da educação a distância), passámos a considerar mais atentamente as questões específicas de certificação e creditação. Aquela, porque o processo de aprendizagem não fica realmente concluído se não for avaliado e as competências não forem certificadas, isto é, se não se traduzir numa habilitação pública e reconhecida. O Camões tem em curso, em colaboração com o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), o desenvolvimento de exames de certificação em português-língua de herança e em português-língua estrangeira para público infante-juvenil. Ao mesmo tempo, em colaboração com as universidades, está em preparação um consórcio de certificação que permita alargar o âmbito do atual Sistema de Avaliação e Certificação de Português-Língua Estrangeira (CAPLE). Quanto à creditação, 2017 foi um ponto de viragem, visto que, pela primeira vez, nos Estados Unidos o NEWL (*National Examinations in World Languages*) incluiu a língua portuguesa, o que permite que as

competências na nossa língua sejam creditadas nos processos de candidatura a escolas superiores, no quadro do *College Board*. Estes progressos na certificação e na creditação devem ser consolidados.

A segunda grande orientação estratégica é privilegiar, como objetivo principal de ação, a integração do ensino de português nos currículos escolares do maior número possível de países. Com prioridades: os países com comunidades portuguesas significativas – os países da nossa diáspora; os Estados latino-americanos, de modo a cumprir aquele que é um dos requisitos fundamentais da pertença à Conferência Ibero-Americana, e é cada país oferecer o ensino da outra língua que não a materna (os países lusófonos, o espanhol; e os hispanofalantes, o português); os países com afinidades específicas com o universo da CPLP, por serem observadores associados e/ou pela vizinhança geográfica ou cultural – casos, por exemplo, dos que hoje têm já oferta de português-língua estrangeira, como o Senegal, a Namíbia ou o Uruguai; os países da União Europeia; todos os outros países a que nos ligam laços históricos ou que estão sendo cultivados contemporaneamente, desde a Índia ou a China até à Malásia ou à República da Coreia.

Esta integração curricular do ensino do português tem três enormes vantagens: a formalização do ensino, com ganhos evidentes de certificação e creditação; a sua assunção plena pelo sistema e as autoridades educativas locais (quanto a programas, docentes, custos); e, sobretudo, a projeção da língua portuguesa como língua global. Toda a rede externa deve trabalhar com este horizonte e finalidade – embaixadas, consulados, rede económica e comercial – sob liderança do Camões. O que não deixa de implicar um esforço considerável, designadamente na assessoria técnica aos diferentes ministérios da educação, no apoio à formação de professores locais e na disponibilização de referenciais e materiais didáticos.

A prioridade à integração curricular *não* pretende substituir ou sequer desvalorizar as responsabilidades próprias do Camões na oferta de ensino de português para as crianças e jovens das comunidades residentes no estrangeiro (o chamado português-língua de herança). Trata-se, além do mais, de uma obrigação constitucional. Esta oferta está hoje presente em 17 diferentes países, nove europeus, quatro africanos, três americanos e outro da Oceania; e a previsão para 2017-18 é que abranja, como já ficou dito, uns 72 mil alunos. Não obstante, aquela continua a ser a prioridade; e por isso demos, por exemplo, o nosso acordo à migração do ensino do português, em França, do chamado

ELCO (sistema de ensino das línguas das comunidades de origem) para o EILE (sistema de ensino internacional de línguas vivas), assim como trabalhámos com as autoridades luxemburguesas para encontrar novas respostas educativas dentro das escolas locais ou estamos preparando a primeira escola bilingue em Londres. É que o português, sendo a língua materna dos dois milhões de naturais de Portugal que vivem no estrangeiro, e dos seus filhos e netos, *não* é a língua do gueto que eles *não* formam, antes a língua deles e de mais 260 milhões de pessoas, ou seja, uma das grandes línguas globais do nosso tempo.

Isto, que vale para o ensino não superior, vale por maioria de razão para o ensino superior. Os leitorados do Camões não são a etapa final da presença dos estudos portugueses e “lusófonos” nas universidades de dezenas de países e todos os continentes, mas um passo intermédio, um instrumento para a progressiva incorporação de tais estudos por parte delas. O Camões é pivô de uma rede mais vasta de investigação e formação; e as parcerias que vai estabelecendo com centenas de escolas superiores representam o mais sólido fator de consolidação de uma oferta que não cessa de aumentar, como se vê tão nitidamente na China, na Europa, nas Américas, em África, no Médio Oriente, no Sudeste Asiático, e que por sua vez corresponde à crescente procura da nossa língua, como língua de cultura, de comunicação e de negócios.

A terceira orientação é uma consequência lógica da segunda. O Camões deve investir o essencial do seu trabalho nesta dimensão de apoio, regulação e certificação. Ele não é, nem pode ser, o ministério dos cursos, docentes e discentes de português fora da pátria. Ele não é o sistema de ensino português no estrangeiro, mas sim uma peça essencial, e a nossa própria, desse sistema. A ele compete garantir a existência e acessibilidade dos referenciais técnicos para o ensino da língua e dos meios pedagógicos e didáticos fundamentais; a investigação sobre a língua e o seu ensino, e a articulação com a investigação e a difusão da literatura e da cultura; normas e provas de acreditação e certificação; o reconhecimento formal das habilitações; e a cooperação entre os diversíssimos atores daquele sistema, universidades, institutos, autoridades educativas nacionais e regionais, organizações internacionais, académicos e suas redes. Fá-lo nuns casos por produção própria; noutros, que serão progressivamente mais frequentes, por encomenda ou em colaboração com instâncias externas especializadas. As bolsas para formação e estágio de professores nas nossas universidades e politécnicos; as cátedras, que ligam investigação, ensino e difusão cultural; os sistemas de acreditação e

certificação; a assessoria técnica; o apoio às editoras e autores nacionais; e sobretudo a parceria cada vez mais estreita com o sistema nacional e internacional de ensino de português: tal é o coração da atividade do Camões.

Daí a quarta orientação: envolvimento de múltiplos atores, parceria com eles. Hoje, ainda não sabemos determinar inteiramente a capacidade nacional em formação de português-língua estrangeira, segunda ou de herança, nem a dimensão e o alcance, para a nossa área, da internacionalização do ensino superior português; não conhecemos toda a extensão da rede de universidades que incluem departamentos, secções, cursos de graduação ou pós-graduação em estudos portugueses. E não é incompetência nossa; tem sim a ver, felizmente, com a vastidão e o dinamismo destas realidades.

O envolvimento não se circunscreve às instituições de pesquisa e educação. A proximidade entre o Camões e a AICEP, ambos agora sob tutela do ministro dos Negócios Estrangeiros, também se vê e cultiva aqui. O projeto Empresa Promotora da Língua Portuguesa, que arrancou em 2017 e, na etapa inicial, em outubro, concitou a adesão de 11 empresas, inscreve-se neste propósito; é preciso implementá-lo. E vai no mesmo sentido a Resolução de Conselho de Ministros n.º 78/2016, que fixa orientações para a articulação entre a política de internacionalização da ciência e ensino superior e as demais políticas públicas para a internacionalização, favorecendo uma maior concertação entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Parcerias entre o Camões, as empresas, o sistema científico nacional e o ensino superior: tal é verdadeiramente o suporte mais firme da política de promoção da língua.

Quinta e última orientação estratégica, a última mas não a menos importante: o pleno uso do digital. Quer como apoio suplementar à aprendizagem intrafamiliar da língua materna, em contextos de mobilidade temporária, e/ou à sua aprendizagem presencial (como é o objetivo principal da plataforma Português mais Perto, lançada em 2017 pela Porto Editora com o apoio do Camões), quer sobretudo por via dos cursos digitais modulados pelos diferentes níveis de proficiência linguística e pelas duas modalidades de ensino autodirigido ou com tutoria (como o Camões lançou sistematicamente na primavera de 2017), a educação a distância é uma via absolutamente essencial do futuro da nossa política de língua. E, como já hoje se faz, ela compreende também os domínios da formação inicial e contínua de professores, de apoio à sua docência, com amplo

recurso nas salas de aula às tecnologias digitais, e de regulação do ensino e aprendizagem. Mais uma vez, não se trata de substituir, mas de acrescentar: acrescentar o Centro Virtual Camões às outras valências do Instituto, para que ele chegue mais rápido, mais longe e mais efetivamente.

A resolução de Conselho de Ministro n.º 70/2016, sobre a ação cultural externa, estabeleceu as orientações fundamentais nesta vertente. Destaco três.

Uma, básica, é a concertação sistemática entre os organismos e serviços dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, tendo em vista a elaboração, aplicação e avaliação conjunta de um plano indicativo anual de ação cultural externa, sob coordenação do Camões e do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. Esta concertação implica também a AICEP, o Turismo de Portugal e as Escolas Portuguesas no Estrangeiro, entre outros serviços deste e outros ministérios.

O simples exercício, realizado no presente ano, de juntar as iniciativas paralelas das áreas dos Negócios Estrangeiros e da Cultura fez mudar de escala e trouxe mais sentido à ação cultural externa. Pela primeira vez foi possível organizar e apresentar publicamente, no início de 2017, o programa de ação do Estado português para a promoção internacional das suas artes e património e para o apoio à projeção internacional dos seus autores, instituições e indústrias criativas. Em todas as dimensões relevantes, das artes do espetáculo às artes plásticas, do audiovisual ao multimédia, da literatura e ensaio ao património; e em dezenas de países, em todos os continentes. A participação no Eurosonic, a grande mostra da economia da música, em Groningen, a presença como país-tema da Feira do Livro de Madrid ou a grande exposição sobre os descobrimentos portugueses nos Museus do Kremlin são apenas exemplos diversificados do alcance desta concertação de vontades e tarefas. No mesmo sentido, deve assinalar-se o que já se tinha conseguido fazer em 2016 e progrediu em 2017, e foi a arrumação sistemática num só programa do conjunto de iniciativas que assinalam, também em todos os continentes, o dia 5 de maio, consagrado pela CPLP como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP. Mas, agora que já se provou a vantagem da concertação interministerial, o próximo passo tem de ser o envolvimento de outros parceiros, começando obviamente pelas fundações culturais e pelas autarquias locais.

Esta concertação na organização deve traduzir-se também num maior esforço conjunto de comunicação pública. Eis a segunda orientação que gostaria de destacar. Como nos

outros domínios de uma sociedade, mas com especial relevância no cultural, a visibilidade é um ingrediente básica da efetividade das políticas e das ações – porque ter informação é um requisito necessário para o acesso e a acessibilidade dos bens e criações, todos o sabemos, é uma condição essencial do desenvolvimento cultural. Maior comunicação pública, logo maior contacto com os média convencionais, maior uso das novas redes e plataformas de informação, maior presença no espaço público, parecem-me ser etapas fundamentais para o sucesso desta nossa missão de dar uma nova escala à ação cultural externa.

A terceira e última sugestão que queria deixar aqui diz respeito ao papel específico do Camões. Formulá-la-ei, muito classicamente mas também muito convictamente, desta forma: a ação própria deve suprir falhas de mercado e os apoios e incentivos públicos às instituições da sociedade civil e aos operadores nos mercados devem privilegiar as iniciativas de que resultem obras duradouras. As quais não têm de ser necessariamente materiais – tanto é obra duradoura a edição de um romance, ensaio, peça de teatro ou livro de poemas ou contos traduzidos em língua estrangeira (o que, como se sabe, é o objeto de um dos mais importantes programas do Camões), como são a participação sistemática em feiras culturais ou a organização regular de ciclos de cinema, festivais de artes do espetáculo, ou exposições de pintura. O ponto continua a ser que o efémero deve ceder o passo ao consistente e ao sistemático no benefício de recursos públicos.

Se estas orientações estiverem corretas, então elas apontam responsabilidades claras para 2018 e os anos seguintes: consolidação do esforço de concertação entre os Negócios Estrangeiros e a Cultura na programação, realização e avaliação da ação cultural externa; comunicação pública adequada; prioridade aos resultados duradouros, isto é, a uma programação sustentável; envolvimento de novos parceiros, começando por outras instituições públicas e do terceiro setor, naquela ação.

#### **4. Situação atual e orientações para o futuro, na área da cooperação**

Duas grandes referências estruturam o trabalho do Camões no domínio da cooperação para o desenvolvimento. No âmbito nacional, o Conceito Estratégico de Cooperação, aprovado em 2014; no âmbito internacional, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pelas Nações Unidas em 2015. Portugal

apresentou, em junho de 2017, o primeiro relatório nacional de implementação desta agenda (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017). Ela não é apenas o quadro de orientação fundamental para as nossas políticas internas, em virtualmente todas as áreas, como é também a matriz específica da política de cooperação.

Na preparação do relatório nacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros exerceu a função coordenadora dos contributos setoriais que a lei lhe comete e a prática recente veio consolidando. O que representa uma mudança importante, pelo que significa de centralidade e responsabilidade acrescida de liderança e articulação transversal de uma dimensão, a cooperação para o desenvolvimento, que devem desempenhar quase todos os ministérios.

Ao mesmo tempo, com a revitalização do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento e o reforço das linhas de financiamento público às atividades das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, intensificou-se a colaboração entre as autoridades e serviços público, de um lado, e a sociedade civil, do outro, com natural protagonismo daquelas organizações.

Os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste constituem a prioridade número um da cooperação portuguesa. Os programas estratégicos (e, no caso de Angola, executivo) de cooperação são o quadro de realização da prioridade. Em 2017, estiveram em curso os programas com Cabo Verde, a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe e foi assinado o novo programa com Moçambique, ao mesmo tempo que se procedia à revisão ou atualização dos programas com Timor-Leste e Angola. A lógica global tem sido privilegiar os domínios da capacitação institucional e da formação, e clarificar os critérios e mecanismos de avaliação de resultados e conclusão dos projetos, induzindo a sua apropriação nacional.

A afirmação desta prioridade há muito estabelecida na política portuguesa de cooperação não significa menosprezo por outras áreas e estratégias de intervenção. Pelo contrário. Com o presente Governo, deve destacar-se a atenção às oportunidades e meios de aproximação da cooperação às relações económicas bilaterais, assim como o cuidado posto na diversificação de fontes de financiamento, quer por via de uma mais fecunda interação com as instituições financeiras multilaterais, quer através do melhor aproveitamento da cooperação europeia. E, de facto, foi possível mudar radicalmente de

escala nos projetos de cooperação da União Europeia cuja gestão é delegada no Camões.

Não há qualquer motivo para alterar agora estas linhas de ação. Por conseguinte, também na área da cooperação a mensagem para a nova presidência do Camões é prosseguir o caminho já traçado, consolidando o muito que já foi feito e expandindo-o. O que pode ser concretizado através de cinco orientações cumulativas, que, para não ser repetitivo, me limitarei a enunciar.

Prioridade à cooperação bilateral com os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste. Sempre na atitude de que a cooperação é uma estrada de dois sentidos, ou seja, os projetos a implementar são aqueles em que acordam ambos os parceiros e que ambos entendem úteis e possíveis; e de que, na nossa perspetiva, eles devem focar-se nos recursos que geram sustentadamente mais recursos: a qualidade e estabilidade das instituições e a formação dos recursos humanos. Privilegiamos, por isso mesmo, *ceteris paribus*, o apoio ao Estado de direito, à governação e aos sistemas de segurança e o investimento na educação e formação profissional. Por outro lado, a mobilização das empresas portuguesas presentes nos países-parceiros é também um elemento essencial da envergadura e alcance duradouro dos programas de cooperação. E refiro-me não apenas ao projeto Empresa Promotora da Língua Portuguesa como também, e sobretudo, à lógica de parceria entre empresas portuguesas e empresas locais, na rentabilização das oportunidades de desenvolvimento económico e social.

Pleno aproveitamento da cooperação delegada, isto é, dos projetos da União Europeia cuja gestão ou cogestão é assegurada pelo Camões. 2016 e 2017 foram os anos de redescoberta e exploração desta avenida: o Camões candidatou-se e foi escolhido para gerir projetos europeus com Angola, o Brasil, a Colômbia, Timor-Leste e grupos de Estados da África Ocidental e da América Latina. O valor financeiro em causa excede em muito a centena de milhões de euros. O próximo futuro será o momento decisivo da demonstração prática de que os gerimos bem e com efetividade. Se o fizermos, como creio convictamente que faremos, teremos transformado qualitativamente o escopo e impacto da cooperação portuguesa.

O que contribuirá ainda para a nossa projeção no quadro multilateral da cooperação para o desenvolvimento. E isso toca a terceira orientação que pretendo assinalar. Portugal participou ativamente na definição e aprovação da Agenda 2030 e vários dos Objetivos

do Desenvolvimento Sustentável têm, entre muitas outras, a sua marca: o mais notório é o Objetivo 14, “proteger a vida marinha”. A temática dos oceanos é, na verdade, central à nossa contribuição para os esforços da comunidade internacional e nela assumimos papel destacado, no âmbito das Nações Unidas. A Agenda 2030 foi o quadro de referência escolhido pelo Brasil para o exercício da presidência *pro tempore* da CPLP, em 2017 e 2018; e o documento de operacionalização da Nova Visão Estratégica da organização, aprovado no conselho de ministros de Brasília, em meados de 2017, é concordante com este foco. Os oceanos significam também, portanto, um motivo muito relevante da cooperação multilateral na CPLP, que nunca devemos esquecer ser integralmente constituída por países marítimos. A Conferência Ibero-americana constitui, por sua vez, outro importante contexto de cooperação multilateral. E, em simultâneo com estas linhas e quadros de ação, é de relevar o protagonismo crescente que vamos assumindo no âmbito da OCDE, assim como o cuidado com que temos sabido olhar para os diversos bancos internacionais para o desenvolvimento de que fazemos parte.

Quarta orientação: desenvolver novas parcerias na cooperação para o desenvolvimento. Não em alternativa, mas em complemento da primeira orientação. Essas parcerias são de dois tipos: de um lado, cooperar na cooperação, isto é, reunir os esforços de Portugal e de outras nações na cooperação com países terceiros – a cooperação triangular e trilateral; do outro lado, a realização de programas de cooperação com países ou regiões que estão fora do universo da “lusofonia” – com destaque para países africanos e países latino-americanos. Estas novas geografias da cooperação portuguesa representam um roteiro de consolidação e expansão que devemos trilhar com determinação.

Quinta e última, mas não menos importante, orientação: a colaboração estreita e o envolvimento efetivo do que, por comodidade, muitas vezes designamos como sociedade civil. Vale a pena ser mais específico. Trata-se, desde logo, da colaboração entre a administração direta do Estado e a administração indireta com responsabilidades próprias neste domínio (isto é, o nosso Camões) e as demais instituições públicas relevantes: as universidades; as magistraturas e outros operadores judiciários, tão úteis para as iniciativas de apoio à consolidação do Estado de direito; as Regiões Autónomas; as autarquias locais. Trata-se, depois, das instituições privadas e de terceiro setor que são parceiros relevantes, como fundações, instituições de solidariedade social, associações. E, neste segundo universo, trata-se em particular da existência, missão,

capacidades e ações das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, que tantas vezes são os executores materiais dos projetos de cooperação, quando não a sua alma e o seu autor. Todos são necessários, com todos deve o Camões interagir.

Para tudo isto, da cooperação à língua e da língua à cultura, precisamos de mais recursos? Certamente. E, por isso mesmo, os anos orçamentais de 2016 e 2017 foram de acréscimo da dotação disponível e da despesa executada no Camões; e o orçamento inicial para 2018, agora em discussão parlamentar, contempla um aumento de 8% face ao valor homólogo de 2017, prevendo uma verba de 68,2 milhões de euros.

Mas nunca olvidemos que os recursos, humanos e financeiros, são meios, não finalidades. São meios para atingir finalidades. Se tivermos boa consciência das finalidades que queremos prosseguir, saberemos utilizar melhor os meios que temos e encontrar meios adicionais.